

Prefácio

Sirley Leite Freitas

Como citar: FREITAS, Sirley Leite. Prefácio. *In* : MIGUEL, José Carlos (org.). **Educação de jovens e adultos: Teoria, Práticas e Políticas.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 29-34. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-310-6.p29-34>



Prefácio

Este livro traz em seu contexto discussões relevantes sobre a temática da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Promover a discussão e a reflexão sobre a EJA em um país como o Brasil, que ainda luta para vencer o analfabetismo absoluto e funcional é necessário e salutar. Portanto, inicio este escrito parabenizando o organizador e os autores desta obra.

Os textos que a compõem nos fazem refletir sobre problemas latentes na educação brasileira, em especial os referentes a EJA. Os textos nos apresentam problemáticas relativas à articulação entre teoria e prática e às políticas públicas para a EJA e nos apontam possíveis soluções na busca de uma educação dialógica, crítica, humanizadora e emancipatória.

Os autores dialogam com Freire, Vigotsky e Bakhtin (dentre outros). Fazem referências às práticas discursivas e dialógicas, destacam a importância da alteridade e do comprometimento profissional para se construir uma educação transformadora e libertadora. Trazem contribuições para o registro da história da produção discente da UNESP/Marília sobre a EJA, práticas pedagógicas em diferentes áreas do conhecimento e como políticas públicas para a EJA podem possibilitar o alcance pleno da cidadania.

Neste sentido, percebo que os textos caminham na direção dada por nosso maior estudioso da EJA no Brasil e no mundo, o patrono da educação brasileira, Paulo Freire.

Freire em seus ensinamentos afirma que “a educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de

mudança e de libertação” (FREIRE, 2021, p. 52)¹, ou seja, por meio da educação os sujeitos se transformam e transformam a sociedade em que vivem.

Desta forma, a educação deve ser para todos, visto que é um direito público subjetivo previsto na Carta Magna de 1988. Todavia, muitos brasileiros ainda não têm acesso a esse direito, e outros quando o tem, é de forma precária gerando uma massa de analfabetos funcionais. Por conseguinte, a EJA é também justiça social. Dar aqueles que não tiveram a oportunidade de ter acesso a escola durante sua infância e adolescência, ou aqueles que por diversos motivos tiveram que interromper seus estudos é mais que uma política pública educacional. É promover a equidade, a dignidade humana, a cidadania. É afastar a alienação e propiciar a conscientização.

Freire (2021, p. 53)² diz que não se pode deixar o ser humano sob a sombra da opressão que o assola, assim, “expulsar esta sombra pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora e por isso respeitadora do homem como pessoa”. Desta feita, uma nação tem o dever de cuidar dos seus. E educação é meio de mudança social.

É claro que quando falo sobre isso — educação como meio para a mudança social — , não falo de qualquer tipo de educação, pois existem sistemas de educação que alienam o sujeito e existem sistemas de educação que os emancipam.

Para que seja emancipatória Freire (2021, p. 122)³ fala da necessidade

¹ FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

² *Ibidem*.

³ *Ibidem*.

de uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa em vez da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida.

Uma educação assim exige novas concepções, crenças e método. Freire salienta que “somente um método ativo, dialogal e participante poderia fazê-lo” (FREIRE, 2021, p. 93)⁴.

Num método ativo e participante o educando é sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem. É protagonista no processo de apropriação de conhecimento. Participa ativamente da sua formação. O professor, como sujeito mais experiente, é o organizador do ensino, mas para essa organização o educando é ouvido, participa das decisões e do planejamento. Já o diálogo “é uma relação horizontal de A com B. [...] Somente o diálogo comunica. [...] O diálogo é, portanto, o caminho indispensável” (FREIRE, 2021, p. 93)⁵.

Deste modo, numa educação dialógica o sujeito se conhece, conhece sua realidade, participa de sua formação e se constitui como sujeito ativo, consciente e crítico. Educador e educando são sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, não numa relação autoritária e vertical, mas numa relação dialógica, humanizadora e responsiva.

Segundo Freire (2021, p. 98)⁶ com esse método,

o analfabeto apreende criticamente a necessidade de aprender a ler e escrever. Preparar-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É

⁴ FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*.

entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente.

Para tanto Freire (2021, p. 136) afirma que a alfabetização do educando brasileiro deve se fazer com base numa tomada de consciência, feita por meio da emersão desse sujeito em sua realidade e na realidade da sociedade na qual está inserido. E no curso desse trabalho deve-se promover “a ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo em que” se alfabetiza⁷.

Lembremos que para Freire (2021, p. 127)⁸ “a educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

A educação, nesse sentido, não pode ser passiva, estática, reprodutora de um sistema opressor. A educação preconizada por Freire é uma educação que acolhe, que ensina, que politiza, que promove bonanças e mudanças, que se articula com a realidade do sujeito e o conscientiza de forma crítica e emancipatória.

Assim, na fala de Freire (2021, p. 54-55)⁹,

não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico.

⁷ FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

⁸ *Ibidem*.

⁹ FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

A EJA, assim como as outras modalidades da educação brasileira é um ato político, histórico e cultural. Neste sentido, tal como Freire a teoria histórico-cultural (THC) também traz contribuições significativas para a EJA. “Na perspectiva da THC os educandos da EJA são sujeitos sociais e histórico-culturais, que trazem consigo experiências e conhecimentos acumulados ao longo da vida” (OLIVEIRA; FREITAS; MIGUEL, 2019, p. 61)¹⁰. A escola deve respeitar esses saberes e construir um ambiente de ensino que seja capaz de propiciar aos educandos o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades.

A escola precisa conhecer a realidade na qual os educandos estão inseridos, visto que suas vivências são a base dos conhecimentos empíricos por eles trazidos e conhecê-los é algo de suma importância para a organização do ensino desses jovens e adultos, uma vez que mesmo que sejam pouco ou não escolarizados iniciaram seu processo de aprendizagem bem antes de chegarem à escola (OLIVEIRA; FREITAS; MIGUEL, 2019)¹¹.

Não podemos esquecer que a EJA é uma modalidade de ensino com especificidades ímpares. São sujeitos vivenciados e que trazem consigo uma história de vida com cultura constituída e conhecimentos empíricos construídos ao longo do tempo. Freire (2021, p. 35)¹², afirma que “A sabedoria parte da ignorância. Não há ignorantes absolutos. Se num grupo de camponeses conversarmos sobre colheitas, devemos ficar atentos para a possibilidade de eles saberem muito mais do que nós”. Então é preciso respeitá-los e organizar o ensino a partir desses conhecimentos já construídos.

¹⁰ OLIVEIRA, Andreia. S.; FREITAS, Sirley. L.; MIGUEL, José. C. Implicações da teoria histórico-cultural para o ensino de leitura na EJA. In: BLACKMAN, C.ledence; MIGUEL, J.osé C.; SOUZA, M.oisés J. R. **A educação de jovens e adultos: práticas, políticas e desafios**. Curitiba: CRV, 2019, pp. 59-72.

¹¹ *Ibidem*.

¹² FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

Na perspectiva da THC a função da escola é proporcionar os meios para a formação omnilateral¹³ do sujeito. E no ensino da EJA uma formação omnilateral poderá dar aos educandos, já marginalizados pelo sistema de ensino e pela sociedade, as condições de serem sujeitos de direito, conscientes, críticos, autônomos e promotores de mudanças sociais em suas próprias vidas e na vida daqueles que os rodeiam.

Tendo em vista o até aqui exposto e após ler os textos que compõem o presente livro, afirmo aos leitores que esta obra traz inestimáveis contribuições para a reflexão da EJA.

Aos professores e pesquisadores a obra aponta novas perspectivas e outras escolhas que encaminham para crença, valores e práticas pedagógicas comprometidas com uma “educação como prática da liberdade”¹⁴.

Nos textos podemos sentir o comprometimento dos autores com uma educação humanizadora, crítica e emancipatória. Com uma educação capaz de produzir mudanças nos sujeitos e na sociedade. Uma educação que dê aos educandos a possibilidade de se reconhecerem como cidadãos, sujeitos de direito, autônomos e comprometidos com a coletividade.

Desejo a vocês uma boa leitura!

Sirley Leite Freitas

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGEE) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

¹³ O termo formação omnilateral, aqui usado, está no sentido dado por Marx no qual visa formar o sujeito na totalidade de suas capacidades intelectuais, artísticas, afetivas, estáticas, éticas, políticas, etc. (MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Alínea, 2007).

¹⁴ FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.